



## CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 9ª REGIÃO - SC AUTARQUIA FEDERAL

### A Artificialidade dos desastres naturais

João de Deus Medeiros\*

Foi no Estado do Rio Grande do Sul que o movimento ambientalista deu seus primeiros passos. Henrique Luís Roessler foi precursor desse movimento no Brasil, criando, em 1955, a União Protetora da Natureza, nas dependências de sua residência.

Henrique Roessler trabalhou para Capitania dos Portos desde 1939. Em 1944 assumiu a Delegacia Florestal Regional, vinculada ao Ministério da Agricultura. Se destacou produzindo panfletos buscando conscientizar a população da região do rio dos Sinos sobre temas como caça e pesca predatórias, equívocos na irrigação de lavouras, desmatamentos, dentre tantos outros delitos ambientais. Com isso formou uma rede de colaboradores voluntários, que o auxiliava a fiscalizar o cumprimento das normas de proteção da natureza. A recompensa chegou rápido. Em 1954 Henrique Luis Roessler foi destituído do cargo.

O legado de Roessler ficou, e seria difícil enumerar aqui a legião de ambientalistas que o sucederam, mantendo vivo o protagonismo do Rio Grande do Sul no aprimoramento da política ambiental brasileira.

Ainda antes do trabalho pioneiro de Roessler, em 1912, um pequeno jornal da Nova Zelândia, intitulado Rodney and Otamatea Times, publicou uma breve nota alertando que as chaminés ao longo do planeta estavam queimando anualmente cerca de 2 bilhões de toneladas de carvão, e com isso lançando cerca de 7 bilhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera. E conclui a nota: *Isto tende a tornar o ar um cobertor mais eficaz para a terra e a aumentar a sua temperatura. O efeito pode ser considerável em alguns séculos.*

Como podemos constatar, defender a natureza e alertar sobre os impactos negativos do aquecimento do planeta não são fenômenos novos. Mesmo no caso do aquecimento global sequer podemos relacioná-lo como novidade científica. O que temos de concreto é que nos anos mais recentes, tanto os alertas quanto os eventos extremos se intensificaram, com esses últimos se tornando recorrente. É o novo “normal”.

O evento de chuvas extremas que assolou o Rio Grande do Sul, causando prejuízos humanos incalculáveis e financeiros de elevada monta, demonstra que apesar de antigos, alertas são solenemente negligenciados. Cidades se expandiram sobre planícies de inundações ou encostas com solos frágeis, expondo a população ao risco. Sistemas de produção industrial, agropecuária e silvicultural reduziram a paisagem natural a fragmentos cada vez menores e isolados. Vivemos na chamada sociedade de risco, que o sociólogo alemão Ulrich Beck define como "uma forma sistemática de lidar com perigos e inseguranças induzidas e introduzidas pela própria modernização”.

A sociedade de risco é aquela que pode sofrer a qualquer tempo as consequências de uma catástrofe ambiental, por ela produzida através do seu modo predominante de desenvolvimento



## CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 9ª REGIÃO - SC AUTARQUIA FEDERAL

econômico. Se constata a evolução e o agravamento dos problemas, porém sem adoção de medidas para solução ou mitigação dos mesmos. Temos plena consciência dos riscos, contudo, políticas de gestão adequadas não são implementadas. Cria-se a irresponsabilidade organizada. E o custo disso está se tornando insuportável.

Muçum, a título de exemplo, foi um dos municípios duramente impactados pelas chuvas no Rio Grande do Sul. Cerca de 80% da zona urbana foi afetada e boa parte da zona rural ficou isolada. Após o evento a prefeitura fala na necessidade de realocar boa parte da cidade. Não obstante, a expansão urbana do município se deu exatamente sobre a planície de inundação, avançando em áreas que já detinham restrições legais à ocupação. Muçum também se destacou nos anos anteriores como líder no ranking dos maiores desmatadores da Mata Atlântica.

De modo geral, nos municípios a revisão dos Planos Diretores tem caminhado no sentido oposto à necessária busca de adaptação aos eventos climáticos extremos. Cria-se nas prefeituras uma nefasta cultura de administrar calamidades como estratégia de flexibilização da aplicação do recurso público. A pressão sobre a legislação de proteção ambiental nos planos Estadual e Federal não é diferente, e no Congresso Nacional parlamentares sulistas lideram as frentes de ataque.

O clima e o mundo mudaram, nossos administradores públicos precisam acompanhar as mudanças de um planeta em ebulição. Não é possível fechar os olhos e persistir nos erros. Precisamos repensar o urbanismo, criando cidades resilientes, que resguardem espaços naturais capazes de atenuar efeitos desses eventos. Os rios precisam passar. O risco existe e se torna mais evidente, cabe a sociedade repensar, se reorganizar e construir soluções baseadas na natureza. Fica o registro para que a sociedade se mobilize e, mesmo no caos da tragédia, exija do poder público a responsabilidade administrativa que os novos tempos estão impondo.

\*Presidente do Conselho Regional de Biologia de Santa Catarina.